



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7797 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: CONTEXTO DE ATU(AÇÃO)

Adriana Cilene Alves de Oliveira - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: CONTEXTO DE ATU(AÇÃO)

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído através da portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 previu que as crianças brasileiras fossem alfabetizadas até os 8 anos de idade, uma forma de assegurar o direito destas a educação, mais além, promover o processo inicial de formação sob alicerces firmes, haja vista que a alfabetização das crianças no Brasil apresenta fragilidades de várias naturezas. E segundo Mortatti (2013), “[...] a universalização da educação primária não tem significado a universalização do acesso aos conhecimentos básicos, entre outras possibilidades, e são poucos os avanços na alfabetização de crianças” (p.23, grifo meu).

Dessa forma, anunciamos que este trabalho é um recorte da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado, cujo título denominou-se (Re)significações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em Novo Progresso-Pará. A investigação concentrou-se na área de estudos a respeito da formação de professores, políticas e práticas pedagógicas, enveredando para a política educacional no que concerne a etapa de implementação, contexto da prática e atuação dos sujeitos (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016) que participaram da efetivação do PNAIC em Novo Progresso-Pará.

O objeto de investigação, implementação do PNAIC, dentro da política educacional, se traduz como campo ainda pouco explorado, caracterizado pela complexidade, estudos dessa natureza no contexto de uma ampla e abrangente política educacional são de importância ímpar, “[...] é importante dedicar-se a examinar a implementação das políticas, assim como reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona” (PERES, 2010, p.1180, grifo meu). Portanto, compartilhar os resultados do estudo é condição

indispensável nas discussões a respeito da temática, de modo que sejam expandidos. É preciso ampliar as reflexões e ultrapassar os limites do local que motivou a pesquisa, para tanto, encontros como este são terreno propício e fecundo de socialização.

O eixo principal do PNAIC foi a formação continuada de professores alfabetizadores, após o município assinar o termo de adesão, ocorreu o movimento para implementar as ações direcionadas a formação destes profissionais, ao mesmo tempo em que modificou-se a organização dos três primeiros anos do ensino fundamental, o denominado ciclo de alfabetização. Um dos aspectos de destaque se refere a atuação das instituições públicas de ensino superior na condução dos processos de formação, a universidade teve participação fundamental e acesso ao desenvolvimento da política nos mais distintos espaços da escola básica.

Localmente houve a participação efetiva dos professores alfabetizadores, eram o público alvo da formação continuada, mas no desenrolar da política outros personagens passaram fazer parte, como diretores e coordenadores, provocados pela secretaria de educação que teve o entendimento que uma política dessa envergadura não poderia e nem deveria ficar concentrada apenas nos docentes, pois no interior das escolas esses outros profissionais conduziam ou deveriam conduzir as ações direcionadas ao ensino.

Estes aspectos fizeram parte do desdobramento da política educacional em Novo Progresso-Pará, as informações foram extraídas dos dados produzidos com a investigação, aliás na organização destes pudemos verificar que o material ultrapassou o objetivo geral da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Na pesquisa empírica os instrumentos utilizados foram questionários, entrevistas semiestruturada, documentos do PNAIC (leis, decretos, portarias e documentos orientadores) e arquivos da Secretaria municipal de educação, como os registros das atividades da formação continuada realizadas no município.

Os questionários foram entregues a 64 professores, desses retornaram 54 e após nova filtragem 30 foram considerados na análise. Foram 7 entrevistas com a equipe responsável pela implementação e análise de 9 documentos.

Para Chizzotti (2014) “A pesquisa científica caracteriza-se pelo esforço sistemático de usando critérios claros, explícitos e estruturados, com teoria, método e linguagem adequada - explicar ou compreender os dados encontrados [...]” (p. 20). Nesse sentido, a luz da teoria adotada e do material produzido procurou-se compreender a etapa de implementação do PNAIC. No diálogo com o campo, verificamos que são poucos estudos que investigam a etapa de implementação, o contexto de atuação, a prática dos sujeitos que colocam em ação a política.

A natureza da investigação respaldou-se na abordagem qualitativa, as pesquisas que seguem tal pressuposto estão “[...]procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto *interpretar os significados que as pessoas dão a eles.*” (CHIZZOTTI, 2014, p.28, grifo meu). Dessa forma, através da interpretação dos significados foi possível refazer o percurso da implementação desde o instante em que o município assina o termo de adesão, até o momento em que a política foi interrompida. Conforme o entendimento de Mainardes (2006), após recorrer a Ball e Bowe (1992), no contexto da prática, “[...] é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (p. 53).

Quanto a isto, os dados indicaram as adaptações realizadas segundo a interpretação dos sujeitos atuantes, mudanças importantes, uma vez que incluiu outros profissionais, coordenadores e diretores, enquanto atores que são do contexto escolar. A proposta original não incluía estes sujeitos, mas no município houve um movimento para inserção destes grupos.

CONCLUSÕES

Os resultados do estudo mostram que a política educacional, o PNAIC teve sérios problemas, que foram sentidos por aqueles que no contexto da prática tinham a incumbência de executar as ações. Importante salientar que efetivamente o PNAIC teve dois anos de funcionamento considerado consistente e depois desse período o funcionamento foi comprometido em função das várias crises políticas, das disputas de poder travadas.

Faz-se saber que políticas de governo ficam sempre vulneráveis, numa das entrevistas ficou explícito esse reconhecimento, vejamos “[...] falta uma base pra gente enquanto professor, aí assim, *quando você está aprendendo uma política já vem outra em cima*, te muda de rumo e isso faz com que o professor perca um pouco o sentido do que ele está fazendo[...]”, é urgente a implantação de uma política de estado que atenda às necessidades e os desafios da alfabetização, assim como o aprofundamento de estudos acerca de processos de implementação para que se compreenda como funciona essa importante etapa que compõe o ciclo de vida da política educacional. O PNAIC no meio do jogo político foi se diluindo, perdendo a essência, ora se mantém, ora se desfaz e no caminho mudou muitos aspectos que denotam as disputas no cenário político.

Nos dados produzidos há uma série de elementos que indicam as fragilidades, mas também evidenciam pontos que fortaleceram as ações docentes e fizeram repensar, o fazer pedagógico, as concepções sobre a alfabetização. São vários os fatores que atuam, tratando-se das dimensões continentais do país, a política educacional disseminada em âmbito nacional no mínimo apresentou distintos resultados e não poderia ser de outra forma.

No processo de implementação além das problemáticas no contexto macro, os problemas de execução no contexto local não podem passar despercebidos, na entrevista fica assim evidenciado, “Eu sempre falo que se todo mundo tivesse pego aqueles dois anos 2013, 2014 do pacto, de formação, creio que seria tudo muito bom[...], só que acontece, talvez as dificuldades não seja pela formação, mas seja essa *movimentação entre professores* na base, os professores alfabetizadores” (EP1, grifo meu). Mesmo na existência de documentos que orientavam as ações, produção de texto, os atores acabam atuando também em conformidade com as condições, sejam estas objetivas ou subjetivas, internamente há conflitos de toda natureza, ou seja, não há controle sobre tudo.

A implementação, caracterizada pela complexidade, não acontece de forma rígida, ao contrário no contexto da prática, os diferentes sujeitos atuam. São atuantes seja para reconhecê-la ou negar aspectos que não se enquadram a sua realidade, após interpretação.

REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise depolíticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

PEREZ, J.R.R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?
Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 31, n. 113, out./dez. 2010. p. 179-193.